



Região Autónoma dos Açores
Secretaria Regional da Energia, Ambiente e Turismo
DIREÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE



Por Fax: 296 912 806
a/c Dra. Sara Alves

Exmos. Senhores
Saiprossem- Produção Animal
Estrada do Silvestre, s/n - Cabouco
9560-301 LAGOA

Sua referência:

Sua comunicação de:

Nossa referência:

Data:

SAI/DRA/2017/2587

Proc.118.2.1/55

118.4.1/9

ASSUNTO: Parecer e declaração de conformidade referente aos procedimentos de Avaliação de Impacte Ambiental (AIA) e Licenciamento Ambiental (LA) da ampliação da Saiprossem - Produção Animal

Relativamente ao assunto mencionado em epígrafe, junto se remete a V. Exas., na qualidade de requerente, o parecer da Comissão de Avaliação no âmbito da apreciação do Estudo de Impacte Ambiental (EIA) e pedido licenciamento ambiental ao empreendimento em avaliação, no qual é declarada a conformidade do pedido com o Decreto Legislativo Regional nº 30/2010/A, de 15 de novembro, prosseguindo o procedimento para a fase de Consulta Pública, nos termos do artigo 106º do mesmo diploma.

Mais se informa, que face a persistirem em falta alguns dados/documentos imprescindíveis para a avaliação técnica e parecer, pelo que dispõe de um prazo máximo de **15 dias** úteis a contar do dia seguinte à receção do presente ofício, para a entrega na Autoridade Ambiental (Direção Regional do Ambiente com sede na Ilha do Faial) dos elementos referidos no ponto 3 do parecer da Comissão de Avaliação relativo às deliberações finais.

Com os melhores cumprimentos,

O Diretor Regional do Ambiente

Hernâni Jorge

ANEXO: o mencionado

APRECIACÃO DA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO AOS NOVOS ELEMENTOS DO ESTUDO DE IMPACTE AMBIENTAL E LICENCIAMENTO AMBIENTAL DO PROJECTO DE AMPLIAÇÃO DA SAIPROSSEM – PRODUÇÃO ANIMAL

1. INTRODUÇÃO

O Estudo de Impacte Ambiental (EIA) e o pedido de licença ambiental (constituído pelo formulário de licenciamento ambiental e respetivos anexos) referidos em título deram entrada na Direção Regional do Ambiente (DRA), Autoridade Ambiental, no dia 10 de abril de 2017. Na sequência desta receção e em conformidade com o previsto no Decreto Legislativo Regional n.º 30/2010/A, de 15 de novembro, foi constituída a respetiva Comissão de Avaliação (CA), formada pelos seguintes elementos:

- Direção de Serviços da Qualidade Ambiental (DSQA), representada por Elisabete Sousa Rego, que preside à CA e por Sónia Bettencourt, responsável pela consulta pública e que substitui a primeira nas suas faltas e impedimentos;
- Direção de Serviços de Recursos Hídricos e Ordenamento do Território (DSRHOT), representada por Graça Ponte;
- Direção Regional da Agricultura (DRAg), representada por Ana Silva.

Face a já se conhecer a exploração pecuária e na impossibilidade de a CA se reunir fisicamente, o parecer relativo à apreciação da documentação com o exposto no Decreto Legislativo Regional n.º 30/2010/A, de 15 de novembro foi elaborado com recurso ao uso das tecnologias informáticas, nomeadamente do correio eletrónico, o qual foi emitido a 5 de maio de 2017, onde se deliberou, face às imperfeições e lacunas detetadas, que deveriam ser introduzidos melhoramentos na documentação e fornecidos os elementos então considerados em falta, devendo os novos elementos serem apresentados, sob a forma de adenda, tendo-se concedido um prazo de 35 dias úteis, a partir da receção daquele parecer, para a entrega da nova documentação.

Face a esta situação ficou suspenso o período de contagem dos procedimentos até à entrega dos novos elementos, os quais foram recebidos na Autoridade Ambiental

a 22 de junho, tendo sido distribuída pelos vários elementos que compõem a CA e retomada a contagem do prazo de apreciação.

Após apreciação dos novos documentos, a CA elaborou o presente parecer conjunto, onde a integração das componentes das várias partes foi efetuada com recurso aos meios informáticos.

2. APRECIÇÃO ESPECÍFICA DOS NOVOS DOCUMENTOS

Na sequência da apreciação do anterior parecer da CA, os autores da documentação apresentaram resposta às questões colocadas, elaborando duas adendas, uma ao EIA e outra ao pedido de licenciamento ambiental, nas quais constavam respostas às questões colocadas, folhas do formulário que foram sujeitas a retificações (caso do licenciamento ambiental) e os anexos retificados ou que anteriormente estavam em falta.

Verifica-se que as adendas não apresentam uma identificação clara dos anexos, depreendendo-se do que se tratam unicamente pelo solicitado pela CA.

2.1 – Estudo de Impacte Ambiental - EIA

A CA indicou que nos termos do n.º 2 do artigo 34.º do Decreto Legislativo Regional n.º 30/2010/A, de 15 de novembro, uma vez que o projeto de ampliação da Saiprossem se encontra em fase de projeto de execução deveria ser apresentado o projeto sujeito a licenciamento, tendo o mesmo sido agora apresentado.

2.1.1 – Relatório Técnico

A CA solicitou a apresentação de possíveis alternativas em relação às atividades inerentes à execução e operação do projeto, as quais deveriam permitir potenciar os impactos positivos e minimizar os negativos, como por exemplo no âmbito de alternativas de localização, dimensão e desenho; alternativas de tecnologia, processuais e funcionais; e alternativas de gestão de inputs (energia, alimentação animal, água, etc.) e respetivos outputs (estrume, águas residuais, animais mortos na exploração, resíduos, etc.).

Inicialmente era referido que uma vez que se tinha como pano de fundo uma realidade um pouco diferente por se tratar de uma atividade pré-existente e que vinha sendo ampliada ao longo do tempo, carecendo de atualização do

licenciamento, a comparação de alternativas e avaliação das várias etapas do empreendimento não faria sentido, pelo facto de não se virem a formalizar. Deste modo, para cada impacte identificado tinham realizado a avaliação para as diferentes fases, exploração, construção e desativação.

No seguimento do solicitado pela CA, é apresentada uma justificação para a não apresentação de alternativas ao projeto para as alíneas solicitadas, nomeadamente:

- a) Alternativas de localização, dimensão e desenho: é referido que sendo uma exploração existente com localização definida, cujas dimensões de implantação e desenho dos pavilhões já são existentes (pavilhões A, B, C e D) não seria viável a análise de alternativas, pois não iriam existir. Quanto aos pavilhões a construir (E e F) sendo em tudo similares e com implantação definida entre os existentes, não haveria alternativa, já que da forma projetada corresponde à otimização da área ocupada.

No que respeita às alternativas de localização, de facto a CA não se referia em serem estudadas alternativas para a localização dos pavilhões já existentes, contudo, no que respeita aos novos pavilhões, a análise de alternativas poderia ser aplicada, embora se concorde que na forma projetada corresponde à otimização da área ocupada.

- b) Alternativas de tecnologia, processuais e funcionais: é referido que sendo pavilhões novos, concebidos por uma empresa especializada da área, são garantidos os melhores desempenhos tanto a nível processual como ambiental (melhores condições para o desenvolvimento animal, racionalização de consumos e sistema automático de gestão), além disso ao nível funcional, a implantação paralela, entre si, promove a otimização das operações de gestão diária, pelo que a análise de uma alternativa seria uma solução de qualidade inferior, não trazendo mais valias para o processo de AIA.
- c) Alternativas de gestão de inputs (energia, alimentação animal, água, etc.) e respetivos outputs (estrumes, águas residuais, animais mortos na exploração, resíduos, etc.): é referido que não foram consideradas tais alternativas uma vez que foi considerado que o sistema de gestão implementado corresponde à sua maior rentabilidade e economia, onde viabilidade económica da exploração depende fortemente da melhor utilização dos meios e otimização dos consumos.

No que respeita às alternativas associadas às tecnologias, procedimentos, inputs e outputs, a CA referia-se a alternativas por exemplo nos sistemas de ventilação aplicados, os procedimentos adotados para a remoção dos estrumes, etc. Contudo a sua ausência não compromete a consulta pública.

Parte 5 – Descrição da instalação e da exploração

Foi questionado o motivo de manterem o aquecedor a biomassa (estilha) na exploração, quando pretendem mantê-lo inativo, não tendo sido fornecida resposta, sendo apenas salientada a situação de que não é perspectivada a sua recuperação e que nos pavilhões em causa são utilizados aquecedores a gás butano. A ausência de resposta não compromete a consulta pública.

É indicado que as águas residuais produzidas no edifício da incubadora são relativas às instalações sanitárias aí existentes, as quais estavam identificadas no formulário de licenciamento ambiental como sendo dos serviços administrativos (ES3), situação entretanto corrigida.

No **ponto 5.5.3** o operador vem esclarecer que no código LER é 02 02 02, além dos tecidos animais estão incluídas as cascas de ovos provenientes da incubadora. A CA volta a realçar que se tratam de subprodutos e não de resíduos, possuindo enquadramentos e procedimentos operacionais distintos.

No que respeita aos resíduos identificados, foi revista a listagem e incluídos alguns resíduos conforme as observações efetuadas pela CA (para maior detalhe ver o referido no Parte B7 relativa ao licenciamento ambiental).

No **ponto 5.7.1.1** relativo à prevenção de contaminações (pontos-chave) transmitida pelo ambiente, tinha sido efetuada referência de que ao redor do local das instalações existia uma vedação de segurança com um portão, contudo em visita efetuada à exploração pela DRAG em 30/03/2017 tinha sido verificado que a mesma era inexistente, pelo que o indicado não correspondia à realidade. Ao que o operador vem agora referir que o limite norte carece de separação física, estando prevista a sua execução aquando da construção dos novos pavilhões. Nesse sentido a CA solicita o envio de uma calendarização dos trabalhos (pavilhões e vedação).

Parte 7 e 8 – Identificação e Avaliação de Impactes e Medidas mitigadoras e/ou compensatórias

Para o descritor ecologia (ponto 7.6.1) foi retificada a afirmação apresentada.

Para o descritor da qualidade do ar (ponto 7.9) verifica-se que ficou esclarecida a questão, tendo o operador mantido a conclusão relativa à avaliação da qualidade do ar.

2.1.2 – Resumo Não Técnico (RNT)

Verifica-se que foram efetuadas as correções indicadas pela CA no RNT e apresentada errata em separado.

2.2 – Licenciamento Ambiental - LA

2.2.1 – Formulário de licenciamento ambiental

O operador vem referir que a elaboração do Estudo de Impacte Ambiental (EIA) e do pedido de Licenciamento Ambiental (LA) decorreu no ano de 2016 e que para a determinação dos dados futuros, momento correspondente ao funcionamento em pleno da exploração com todos os pavilhões construídos e em utilização, recorreram aos dados finais do ano de 2015.

Parte A – Informação Geral

A6 – Equipamentos que contêm gases fluorados com efeito de estufa e fluídos frigorigéneos

Nos **Quadros QA6.1** e **QA6.2** estavam em falta os dados relativos ao n.º de referência, carga de gás fluorado e data de instalação do equipamento, pelo que foi solicitado o seu preenchimento. Nesta 2.ª versão, o operador informou que o Quadro QA6.2 fora indevidamente preenchido. Tendo agora apresentado um gás que não é fluorado nem contribui para o empobrecimento da camada de ozono, ou seja, não deveria ter sido preenchido o Quadro QA6.1 ou QA6.2. Apenas informado sobre a substituição do equipamento, sendo que o gás atualmente em uso não se encontra abrangido pelos regulamentos em vigor.

A8 – Informação para Emissão de Título de Utilização de Recursos Hídricos

Foram efetuadas as correções ao **Quadro QA9.2** conforme indicado pela CA, tendo o operador referido que a proveniência das águas residuais do ponto ES3 foi corrigida para instalações sanitárias.

Foi efetuada a inclusão da estimativa da quantidade de lamas de fossas sépticas no quadro da **alínea b) da Ficha FA9.4**, conforme solicitado pela CA.

Parte B – Prevenção e Controlo Integrados da Poluição

B1 – Consumos

O operador indica que não é efetuada a recolha de águas pluviais de alguns pavilhões para utilização em lavagens.

Foi inserido o valor do consumo médio diário de água da rede no **Quadro QB1.1**, tendo sido incluída informação relativa aos reservatórios existentes nos diversos pavilhões conforme sugerido pela CA.

Foi confirmado que a água utilizada para o abeberamento das aves não é sujeita a qualquer tratamento.

B2 – Produção de energia

No **Quadro QB2.1** foi adicionado o valor de capacidade de armazenamento de gásóleo conforme solicitado pela CA.

B3 – Matérias-primas

No **Quadro QB3.1** foram adicionados os dados relativos ao gás butano e ao gásóleo, conforme solicitado pela CA.

Foi indicado que o armazém onde são colocados os depósitos de desinfetantes, não possui bacia de retenção de líquidos.

B6 – Emissões para a atmosfera

Sobre este ponto, foi informado que o máximo de aquecedores por pavilhão é de 9, tendo cada um uma potência térmica entre 0,55 e 4,8 kW. Não ficando abrangidos pelo controlo das emissões gasosas.

Existe ainda um gerador de emergência com uma potência térmica de 406,80 kW, que fica dispensado da monitorização das suas emissões gasosas ao abrigo da alínea b) do n.º 3 do artigo 2.º do Decreto Legislativo Regional n.º 32/2012/A, de 13 de julho.

B7 – Resíduos gerados na instalação

Atendendo à atividade desenvolvida, a CA equacionou a possível produção de outras tipologias de resíduos, os quais não estavam listados nos **quadros do capítulo B7**. Nesse sentido o operador vem indicar que após revisão da listagem foram incluídos alguns resíduos, nomeadamente o 15 01 07 relativo a embalagens de vidro e 15 01 06 relativo a mistura de embalagens de plástico e metálicas, provenientes das embalagens de bebidas dos funcionários, os quais são produzidos em quantidade reduzidas e depositadas nos Ecopontos Municipais, pelo que não tinham sido considerados. Foi ainda adicionado o resíduo 15 01 10* relativo a embalagens contendo ou contaminadas por resíduos de substâncias perigosas, cujo destino é a empresa Higiaçores, o resíduo 20 03 4 relativo a lamas de fossas sépticas, embora até à data não tenham o registo de qualquer produção. Relativamente ao resíduo 20 03 99 (resíduos urbanos e equiparados não anteriormente especificados) é indicado que os mesmos são conduzidos para a MUSAMI em conjunto com cascas de ovos provenientes da incubadora, pelo que estão contabilizados no código 02 02 02 (resíduos de tecidos de animais).

Os **Quadros QB7.3 e QB7.4** foram reformulados de acordo com os dados inseridos nos Quadros QB7.1 e QB7.2, conforme solicitado pela CA.

A CA solicitou a descrição completa dos locais de armazenamento temporário identificados como PA1 e PA2, bem como o envio de fotos ilustrativas, cujos dados foram apresentados.

2.2.2 – Anexos

Parte A – Informação Geral

Anexos AN1.3: Certidão de aprovação de localização – é indicado que o alvará de autorização de utilização n.º 7/16 reporta-se aos pavilhões 5, 6 e 8, cujas discrepâncias de áreas devem-se ao facto de terem optado por utilizar os dados considerados pela Autoridade Ambiental numa comunicação oficial datada de 2016.

A CA solicitou ainda o envio dos comprovativos de licenciamento dos restantes pavilhões, tendo o operador indicado que ainda não foram emitidos pela Câmara Municipal da Lagoa, estando o projeto para consulta de entidades. Nesse sentido é de salientar que o ofício apresentado é datado de 27/04/2016, pelo que tendo perfazido um ano, a CA solicita novamente o envio, consistindo num dado necessário para o desenrolar dos procedimentos de AIA e Licenciamento Ambiental.

Anexo AN1.15: Memória descritiva – o documento foi retificado tendo sido acrescentadas as informações solicitadas pela CA.

Anexo AN1.18: Resumo não técnico – foi adicionada errata ao documento.

Parte A8 – Informação para emissão de Título de Utilização de Recursos Hídricos

Anexo AN2.22: Implantação da linha de tratamento à escala 1:200 e 1:500 – o anexo em causa não apresentava legendagem, pelo que foi solicitada, tendo o operador presentemente indicado que a mesma constava na peça desenhada acima da planta geral da instalação constante do referido anexo, onde ao valor “x” poderia ser atribuída a numeração da linha de tratamento 1, 2 ou 3.

Anexo AN2.23: Dimensionamento devidamente justificado dos órgãos que compõem a linha de tratamento e respetivos desenhos à escala adequada – foi solicitado o envio do dimensionamento individual para cada uma das fossas sépticas, tendo os mesmos sido apresentados em forma de um quadro.

Anexo AN2.26: Justificação da não monitorização de águas residuais descarregadas – foi sugerido que fosse retirada a fundamentação dada no último parágrafo, tendo a mesma sido substituído pela indicação de *“na Saiprossem as águas residuais produzidas são maioritariamente de origem doméstica e uma fração proveniente de lavagens, sendo conduzidas a sistemas de tratamento constituídos por fossa séptica seguida de poço de infiltração, normalmente designado de sumidouro. Dada a reduzida quantidade e as características dos caudais gerados serem tipicamente domésticos não tem sido aplicada a sua monitorização.”*

Anexo AN2.30: Implantação, a escala não inferior a 1:2000, contendo a totalidade das redes de drenagem externas, localização dos pontos de descarga de águas residuais, tratadas ou não, e localização dos sistemas de tratamento – a CA referiu que não era possível distinguir as diferentes redes de drenagem, bem como a localização dos sistemas de tratamento e a localização dos pontos de descarga de águas residuais, pelo que o anexo foi retificado.

Anexo AN2.31: Diagrama esquemático contendo a informação solicitada, diferenciando-a pela cor e tipo de traço – o anexo em causa não estava em consonância com o descrito no Quadro QA9.2, pelo que foram solicitados esclarecimentos e as respetivas correções (quadro e /ou anexo), tendo o anexo sido retificado.

Parte B – Prevenção e Controlo Integrados da Poluição

Parte B1 a B4 – Consumos, produção de energia, matérias-primas e gestão de riscos

Anexo AN3.7: Comprovativos do licenciamento dos tanques de combustíveis – face à divergência de dados entre o certificado apresentado e os dados constantes no Quadro QB2.1 quanto à capacidade do tanque de GPL foram solicitados esclarecimentos. O operador presentemente indica que por lapso foi considerado o tanque de armazenamento de gás pertencente a outra exploração do proprietário, implantado nas imediações da exploração da Saiprossem, cuja capacidade é de 4,48 m³. Deste modo o depósito a ser considerado possui um volume de 11 m³, correspondendo a uma capacidade de armazenamento de 6,13 toneladas de gás butano, cujo nº de registo é o 2604/A e certificado n.º 37/2014, datado de 6/03/2014 e válido até 25/10/2022.

O atual certificado indica o mesmo que o anterior, nomeadamente que deverá ser submetido a inspeção intercalar até 25/08/2016, onde a não realização da inspeção aprovativa, até à data referida, implica a caducidade do certificado, pelo que tal comprovativo de realização dessa inspeção deveria ter sido apresentado, sendo de referir que tal realce tinha sido efetuado quanto ao certificado indicado anteriormente. Face ao exposto solicita-se o respetivo envio.

Anexo AN3.8: Fichas de dados de segurança – foram apresentadas as fichas de dados de segurança que estavam em falta (gás butano, gásóleo e Aldekol DES 03).

Anexo AN3.11: Estudo de risco – No estudo de risco verifica-se que as lacunas apresentadas no anterior se encontram colmatadas, contemplando agora todas as áreas referidas no pedido de elementos.

Parte B7 – Resíduos gerados na instalação

Anexos AN5.2 e 5.4 – Comprovativos do licenciamento das empresas gestoras de resíduos perigosos e não perigosos – foi apresentada listagem com a indicação dos operadores e referência ao número dos respetivos alvarás.

Anexos AN5.6 – Plano Interno de Prevenção e Gestão de Resíduos – A CA considerou que o anexo estava muito incompleto pelo que deveria ser reformulado, ao que o operador refere que o mesmo foi submetido no Sistema Regional de Informação sobre Resíduos (SRIR) e que a respetiva submissão é única e anual pelo que tais alterações seriam incluídas na próxima submissão. Nesse sentido a CA vem esclarecer que se tratam de duas situações distintas, onde o PIPGR permite conduzir à prevenção de resíduos e a uma adequada gestão e encaminhamento dos resíduos gerados na globalidade da instalação, quer estejam direta ou indiretamente associados à atividade industrial, permitindo: a proteção do ambiente e a saúde humana; a promoção da segurança de pessoas e bens; a prevenção e/ou redução de impactes adversos decorrentes da geração e gestão de resíduos; e a diminuição dos impactes gerais da utilização dos recursos através da melhoria da eficiência dessa utilização, o qual é analisado pela Autoridade Ambiental e sendo aprovado deverá estar implementado na instalação. Por outro lado, o mapa de resíduos submetido no SRIR é de facto anual e diz respeito aos resíduos produzidos anualmente e respetivos destinos providos pelo operador. Face ao exposto a CA solicita novamente o envio.

Anexos AN5.8 – Justificação da não monitorização dos resíduos gerados – o operador indica que até à data não considerou necessária a execução da monitorização dos seus resíduos, tanto pelo facto de não ter sido solicitado como também por serem conduzidos a destinos finais licenciados.

3. DELIBERAÇÕES FINAIS

A apresentação da nova documentação permite melhorar a maior parte das imperfeições anteriormente detetadas, pelo que a CA considera que a documentação entregue está de acordo com o solicitado e não compromete os principais objetivos da Consulta Pública, obrigatória nos procedimentos de Avaliação de Impacte Ambiental e Licenciamento Ambiental, deliberando-se declarar a conformidade da documentação.

Contudo, a CA considera que deverão ser enviados alguns dados que persistem em falta, concedendo um prazo de **15 dias** úteis, a partir da receção do presente parecer, para a entrega na Autoridade Ambiental (Direção Regional do Ambiente com sede no Faial) dos seguintes elementos:

- Calendarização dos trabalhos de construção dos pavilhões E e F e da vedação na zona limite a norte;
- Documentos comprovativos do licenciamento pela Câmara Municipal da Lagoa para os novos pavilhões – informação a constar do **Anexo AN1.3**;
- Comprovativo da realização de inspeção intercalar ao tanque de GPL – a constar do **Anexo AN3.7**;
- Reformulação do **Anexo AN5.6** relativo ao Plano Interno de Prevenção e Gestão de Resíduos (PIPGR) tendo em conta as observações efetuadas aquando do pedido de elementos.

Durante a Consulta Pública, nos locais onde se encontram disponíveis à população a documentação relativa ao procedimento de Avaliação de Impacte Ambiental, composta pelo Relatório Técnico do Estudo de Impacte Ambiental e Resumo Não Técnico, e procedimento de Licenciamento Ambiental composta pelo formulário de licenciamento ambiental e respetivos anexos, inclusive o Resumo Não Técnico (Anexo AN1.17) devem também estar presentes os pareceres emitidos pela CA no âmbito do presente procedimento, para uma maior compreensão e transparência do conteúdo dos documentos.

Horta, 5 de julho de 2017

Pe’A Comissão de Avaliação

Elisabete Sousa Rego
(Presidente da CA)